

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.292 - SP (2019/0297354-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RENATA MOURA GONÇALVES
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BENEDITO CARLOS AMORIM VITTOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de BENEDITO CARLOS AMORIM VITTOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2187069-83.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito, em 07/08/2019, acusado de subtrair "*3 unidades de salame da marca Nobre, avaliada em R\$ 25,58 (vinte e oito reais e cinquenta e oito centavos), e 1 unidade de salame da marca AURORA, avaliada em R\$ 25,90 (vinte e cinco reais e noventa centavos) em prejuízo da vítima SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.*" (fl. 103). Na audiência de custódia, o flagrante foi convertido em prisão preventiva.

A Defesa impetrou *habeas corpus*, o qual o Tribunal *a quo* denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 145):

"HABEAS CORPUS – Furto simples (artigo 155, caput, do Código Penal) – Pressupostos da segregação cautelar presentes – Réu reincidente e portador de mau antecedente – Inócuas outras medidas do artigo 319 do CPP – Trancamento da ação penal por atipicidade, com fundamento no princípio da insignificância. Impossibilidade de exame de provas e questões aprofundadas do mérito. Indícios suficientes de autoria e materialidade. Medida excepcional inaplicável ao caso em concreto – Ordem denegada."

Nas razões deste *writ*, sustenta a Impetrante que a conduta é atípica materialmente em razão do princípio da insignificância. Dessa forma, não se justificaria a prisão preventiva do Paciente ou eventual condenação.

Afirma, ainda, que não existe ofensa "*a garantia da ordem pública ou à ordem econômica, ressalte-se que o suposto delito não foi praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa, de modo bárbaro ou a gerar grande comoção ou*

Superior Tribunal de Justiça

repercussão social, Ademais, não houve o emprego de arma de fogo" (fl. 11), sendo cabível a concessão de liberdade provisória ao Paciente.

Busca, em liminar, a revogação da prisão preventiva ou a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, a concessão de liberdade provisória, independentemente do recolhimento de fiança.

É o relatório inicial. Passo a decidir o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O *decisum* atacado está assim fundamentado (fl. 147):

"É certo que a prisão antes da sentença definitiva é medida de exceção, a ponto de impor ao Juiz fundamentar os motivos que levaram à custódia do agente. In casu, a prisão decretada não se mostra ilegal ou arbitrária para justificar a concessão da ordem. A menção das favoráveis condições pessoais do paciente contrapõe-se a conduta imputada na denúncia, em trâmite no Juízo a quo: sair de casa disposto a subtrair o patrimônio de pessoas honestas, retirando a tranqüilidade da sociedade.

Ademais, a ação penal em andamento, os maus antecedentes e a reincidência específica (cf. certidão de fls. 17/20 – autos nº 1519044-62.2019.8.26.0228 – processos nºs 0002454-34.2017.8.26.0041, 0029138-18.2007.8.26.0050, 0058488-36.2016.8.26.0050 e 0063582-14.2006.8.26.0050) comprovam a personalidade distorcida de quem, reiteradamente, insiste em praticar condutas ilícitas. O próprio C. Superior Tribunal de Justiça trilha esse entendimento."

Como se percebe, a decretação da prisão preventiva do Paciente não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada no **risco de reiteração delitiva pela reincidência específica e pelas diversas ações penais em trâmite**, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública. A propósito, "[c]onforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de

Superior Tribunal de Justiça

consequência, sua periculosidade" (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2019).

Quanto à incidência do princípio da insignificância, constato que o Tribunal *a quo* não apreciou a matéria, o que ocasionaria a supressão de instância. De qualquer forma, a "[j]*urisprudência pacífica desta Corte é no sentido de que sendo o paciente reincidente ou possuidor de maus antecedentes indica a reprovabilidade do comportamento a afastar a aplicação do princípio da insignificância*" (HC 499.027/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 13/05/2019).

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que também deverá informar a senha para obter acesso aos andamentos processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora